

### Critérios de Pesquisa:

**Período:** 01/11/2021 a 30/11/2021

**Indexação:** "Reforma Administrativa" or "PEC 32/2020"

Documento 1/22

---

130.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/11/2021-18:04
Publ.: DCD 04/11/2021 - 35	PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Posicionamento do orador contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Caráter eleicoeiro da proposição. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Imediata votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2021, relativa ao parcelamento, em 240 meses, de débitos previdenciários das municipalidades brasileiras.

---

**O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, solicito que o meu pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação desta Casa.

Quero falar sobre o único item que está na pauta desta sessão, a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, que trata dos precatórios, que são dívidas judicialmente reconhecidas, com ação foi transitada em julgado. São dívidas que o Governo Federal tem com instituições, Estados, Municípios, pessoas físicas e jurídicas. Na verdade, essa é a PEC do calote, inclusive na educação. Grande parte dessa dívida é em relação ao FUNDEF, o antigo fundo da educação que deu lugar ao FUNDEB. Então, trata-se do fundo que financia a educação básica. É um calote na educação!

Essa PEC ataca também a vinculação constitucional do orçamento para a educação e a saúde.

Então, haverá também menos recursos para a saúde e para a educação. E haverá a securitização, ou seja, vão ser terceirizados esses créditos. Assim haverá menos recursos para saúde e para educação ao longo de todos os anos.

Alega-se que o objetivo é ter recursos para o Auxílio Brasil. Mentira! Acaba-se com o Bolsa Família e se garante um pouco, uma migalha, apenas para o ano que vem. E como será nos outros anos? Então, além de ser a PEC do calote, essa também é a PEC da farra eleitoreira, porque aloca recursos para emendas do Relator. É o orçamento secreto, eleitoreiro! Isso é um crime, é um absurdo! Além disso, a PEC revê o teto de gastos com a mudança da metodologia. Nós defendemos a revisão da Emenda Constitucional 95, mas para sempre, não para agora apenas, num casuísmo absurdo. Faz-se agora uma revisão, mudando a metodologia, para garantir mais 15 bilhões de reais para este ano e mais 95 bilhões de reais para o ano que vem. É a farra eleitoreira. Isso é um absurdo!

A mesma regra, povo brasileiro, que valeu para a PEC 32, de que quem votar a favor não volta, vale agora. É só inverter: a PEC 23 agora é a PEC 32. Essa é a crueldade deste Governo. Então, a mesma regra vale para a PEC 23: quem votar a favor não volta.

Para resolver a situação de Estados e Municípios em relação à sua dívida há a PEC 15, que possibilita a Estados e Municípios parcelarem as suas dívidas por 20 anos. Vamos acelerar a tramitação da PEC 15, que garante o parcelamento das dívidas que os Municípios e os Estados têm com a União. A PEC 23, não, é farra eleitoreira. É um crime, em plena crise, tirar dinheiro do povo para fazer uma farra eleitoral.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 2/22

---

130.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/11/2021-18:12
Publ.: DCD 04/11/2021 - 36	JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do orador contrário à aprovação das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União; e 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

---

**O SR. JOSEILDO RAMOS** (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, colegas Deputadas, o calote dos precatórios estaria hoje, ou está, na Ordem do Dia, e envolve o

descumprimento de mandamento judicial transitado em julgado. Nenhum Governo sério faria isso, porque joga na lama a credibilidade do Governo perante o mercado. Jamais! E o que é pior: essa medida fere o interesse primeiro daquelas pessoas mais frágeis, de servidores públicos, de pequenos empresários que tinham a esperança de receber, pronto e acertado, algo proveniente de uma luta em que se envolveram há décadas, e nada.

Mas a malandragem não para por aí. Na mudança do cálculo do teto de gastos, deixa-se a metodologia que considera os meses de julho do ano anterior a junho do ano atual e se introduz metodologia que considera os meses de janeiro a setembro de 2021, exatamente o período em que a inflação está destrambelhada, elevada. Então, essa inflação que atinge o mais fraco servirá para o cálculo que amplia exatamente o furo do teto de gastos. Havia outras alternativas viáveis, principalmente o orçamento secreto, com muitos recursos.

Eu ouvi vários discursos de Deputados da Situação, dizendo que nós íamos fazer a reforma tributária, que deveria ser justa, progressiva, a fim de que tivéssemos uma arrecadação adequada, fazendo com que aquele que mais tem pague mais. E até então nada aconteceu. Na hora em que se bate à porta do rico para ele pagar imposto, a situação não segue adiante. É o que esta Casa tem feito.

Somos favoráveis ao auxílio emergencial. Aquela esmola que o Paulo Guedes ia dar, no valor de 200 reais, nesta Casa passou para 600 reais. E há dinheiro para isso. É só não gastar naquilo que é supérfluo, naquilo que não traz qualidade para o nosso povo.

Então, não tem jeito. Fica difícil para um Deputado se explicar, se votar a favor de PECs como a PEC 32 e a PEC 23. Quem votar a favor não volta. Certamente, vai ser assim.

É isso aí, Sr. Presidente.

---

Documento 3/22

---

130.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/11/2021-18:32
Publ.: DCD 04/11/2021 - 42	VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Posicionamento do orador contrário à aprovação das Propostas de Emendas à

Constituição de nºs 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União; e 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Participação do orador na 22ª Romaria da Terra e das Águas, realizada na Comuna da Terra Irmã Alberta, em São Paulo, Estado de São Paulo. Participação do movimento Rede Rua no evento.

---

**O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pelas razões já expostas pelos meus colegas e por minha bancada, votarei com muita firmeza contra a PEC 23, assim como votarei contra a PEC 32. Esta é uma luta que empreendemos há muito tempo.

Eu gostaria de falar de outra coisa. Neste último sábado, eu tive a honra, a emoção de participar da 22ª Romaria da Terra e das Águas, que ocorreu na Comuna da Terra Irmã Alberta. Lá se encontravam representantes das comunidades indígenas, do nosso povo negro, trabalhadores rurais, sem-terra, religiosos. Como Parlamentares, além de mim, estava presente a nossa estimada Vereadora Juliana Cardoso. Ali, nós manifestamos o nosso carinho na luta pela terra. Não é possível conviver com isto: 56% das terras produtivas nas mãos de apenas 2% do povo brasileiro!

Participou também o movimento chamado Rede Rua, que representa as pessoas que hoje se encontram em condição de rua. Na nossa amada Capital paulista, até dói - no domingo, fui à Praça da Sé, andei pelo Centro Velho - o que vi. Não contei, mas os dados indicam que 45 mil pessoas estão morando em condição de rua.

Sr. Presidente, essa romaria é sinal de esperança, esperança em um mundo melhor - não em Bolsonaro, que nada tem feito em defesa da terra e é um genocida, que tem prejudicado efetivamente a esperança da nossa gente.

A agricultura familiar está sem nenhum tipo de apoio, sem nenhum daqueles programas. Todos eles foram desidratados. Da comunidade indígena nem se fala! Do nosso povo quilombola, idem! A nossa esperança é a mobilização do povo brasileiro. A nossa esperança é essa comunidade se juntar, darem-se as mãos os nossos companheiros do campo e os nossos companheiros da cidade, o pequeno agricultor, o agricultor familiar, o assentado, o acampado, o assalariado, juntamente com os operários, os intelectuais, o movimento da juventude, os estudantes, na luta por um mundo melhor!

O dia 20 está chegando. Vamos todos participar!

Obrigado, Sr. Presidente.

---

130.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/11/2021-20:40
Publ.: DCD 04/11/2021 - 76	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

---

### **Sumário**

Ajuizamento pelo PT de ação perante o Supremo Tribunal Federal contra a portaria do Ministério do Trabalho e Previdência, proibitiva da exigência aos empregados, pelas empresas brasileiras, da apresentação de comprovante de vacina contra a Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelos óbitos decorrentes do coronavírus. Inconsistência dos dados oficiais do Governo Federal sobre o emprego e desemprego no País. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, relativa à alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Aumento da fortuna do Ministro da Economia, Paulo Guedes, com a valorização do dólar frente ao Real. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, referente à reforma administrativa.

---

**O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.)** - Presidente, Deputados e Deputadas, eu quero inicialmente falar de mais uma portaria negacionista do Governo Jair Bolsonaro, agora emitida pelo Ministro do Trabalho, o Onyx Lorenzoni, por meio da qual ele proíbe que empresas possam demitir quem não se vacinar e não exige mais o comprovante de vacina.

Nós do Partido dos Trabalhadores, como partido, demos entrada a ação no Supremo Tribunal Federal contra mais essa medida negacionista. Isso só comprova o que a CPI do Senado de fato apurou: muita responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelas mortes que o Brasil teve, muitas mortes, centenas de milhares de mortes.

Esse negacionismo continua.

E agora, mesmo que prejudique uma empresa ou um conjunto de trabalhadores, está lá essa portaria negacionista, que esperamos que seja derrubada.

Mas é preciso perguntar hoje: "*Cadê o Paulo Guedes?*" Nós vimos agora que houve uma revisão no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados no Brasil, e aquele anúncio de 142.000 novos postos de trabalho para 2020 caiu para 75.883, caiu pela metade. O povo

brasileiro passa fome, e tudo no Governo Bolsonaro é *fake news*. Até dados oficiais de emprego e desemprego são *fake news* no Governo Bolsonaro.

Hoje está pautada, para que outro vexame possa ser dado, essa proposta que o Governo apoia, a PEC 23, a "PEC do Calote", que ele chama de PEC dos Precatórios. Essa proposta vai mexer no teto, vai mirar o Auxílio Brasil, mas o que ela faz mesmo é lançar uma pá de cal no Bolsa Família. Faz isso no momento em que o Brasil tem 14 milhões de desempregados.

Por isso eu repito a pergunta: "*Cadê o Paulo Guedes?*" Aliás, anda sumido desta Casa. Já foi convocado pela maioria dos Deputados, mas nada de vir aqui explicar como um Ministro, especulando com *offshore* no exterior, conseguiu ganhar, só com o aumento do preço do dólar, 14 mil reais por dia. É um absurdo, para quem ficou 1.000 dias no Governo, comemorar essa fortuna de milhões que esse Paulo Guedes acumulou. Tudo isso mostra o vexame desse Governo.

Nós precisamos derrotar a PEC 23 hoje e, na sequência, derrotar a PEC 32, que trata do desmonte do serviço público.

Muito obrigado, Presidente.

Fora, Bolsonaro!

---

Documento 5/22

---

130.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/11/2021- CD	23:48
Publ.: DCD - 04/11/2021 - 145	GERVÁSIO MAIA-PSB -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contestação do discurso do Deputado Hugo Motta sobre o descaso dos partidos opositores com a população pobre, demonstrado no posicionamento contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Atuação dos partidos opositores pela redução das desigualdades sociais brasileiras. Contribuição do Governo Jair Bolsonaro para o aumento da inflação, da miséria, do gás de cozinha e de combustíveis no País.

---



**O SR. GERVÁSIO MAIA** (PSB - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero iniciar a minha rápida fala dizendo que, para mim, é bem desconfortável participar da forma como vou participar neste instante, pelo apreço que tenho pelo Relator, o Deputado Hugo, além da amizade pessoal e familiar. S.Exa. é do nosso Estado, a Paraíba. Mas, Deputado Hugo, V.Exa. foi muito duro com a Oposição - permita-me dizer-lhe isso -, e V.Exa. sabe do carinho e da consideração que tenho por V.Exa. O Deputado Hugo começou muito jovem na política, e ainda é muito jovem.

É preciso entender que, para engrossarmos a voz, para tentarmos dar carão em alguém, temos que olhar um pouco para trás. Eu nunca participei nem coloquei minha digital quando desmontaram a Previdência Social do oitavo país mais desigual do planeta Terra, que é o Brasil. Eu não participei disso. Eu não coloquei a minha digital quando tentaram aqui, recentemente, congelar o salário dos professores da educação básica. Se não me falha a memória, Deputado Hugo, nós vencemos por 4 votos. Enquanto isso, há um tal de teto duplex, em que algumas autoridades poderosas do Governo Bolsonaro, em canetada que ocorreu no Ministério da Economia, passaram a ganhar 66 mil reais, e a nossa Constituição estabelece o teto de 39 mil reais. Eu não pertenço a esse time.

Mas vou um pouco mais adiante. Quero lembrar a PEC 32. Nós não estamos ao lado da PEC 32, porque ela representa a destruição do futuro do País, principalmente para as pessoas mais pobres, que foi algo a que prestei muita atenção no discurso de V.Exa. Sem serviço público de qualidade, as pessoas pobres não terão a quem recorrer na saúde, na educação, nas políticas de assistência social. Tudo isso passa efetivamente por políticas públicas. E a PEC 32 desmonta tudo isso. Nós da Oposição, Deputado Hugo, também não estamos ao lado da PEC 32.

Eu quero dizer mais. Todos sabem que a nossa bancada tem representatividade em praticamente todos os recantos do Brasil. Os professores do País querem que votemos contra esta PEC terrível. E eu não vou discutir aqui a respeito de quem é o melhor médico, de quem é o melhor advogado ou de quem tem o melhor discurso ou a melhor oratória. Existem decisões que transitaram em julgado. Nós estamos falando em segurança jurídica. Mas aqui estamos votando uma PEC que vai desmontar tudo isso. Para Bolsonaro, isso é bobagem. Ele não liga para isso.

Vou um pouco mais adiante. Foi a Oposição que, num sentimento de profunda resistência, Deputado Hugo, insistiu e disse que auxílio emergencial de 150 reais ia fazer com que as pessoas passassem fome. E o time de V.Exa., do Governo, fez cara de paisagem, fez de



conta que nada estava acontecendo. É de dar dó, há pessoas, nas ruas, nos sinais de trânsito, pedindo dinheiro para comprar comida. O lado de V.Exa. está fazendo com que a inflação pipoque. O lado de V.Exa. está permitindo que a gasolina atinja um valor impagável, que principalmente as pessoas que residem lá no Semiárido, na nossa terra querida de Patos, de Catolé do Rocha, troquem o gás de cozinha por lenha. Então, é preciso ter um pouco de cuidado no que se coloca.

Nós temos autoridade para dizer que defendemos todo tipo de política social que diminua a desigualdade social, porque o maior programa de política pública de assistência social foi implantado pelo melhor Presidente deste País - Luiz Inácio Lula da Silva - e já dura 18 anos e teve reconhecimento mundial. *(Manifestação no plenário.)*

Respeito é bom e eu gosto.

Brasileiros, brasileiras, nós estamos trocando uma pérola por um programa cujo prazo de validade vai até a eleição. É isso que está sendo colocado aqui agora. Então, se alguém tem algum compromisso com Bolsonaro e quer aprovar alguma matéria nesta Casa, coloque o papel da verdade. O papel da verdade neste momento é este: trabalhar e estabelecer políticas públicas que diminuam a desigualdade e façam com que o País seja mais justo. É isso que nós queremos. A Oposição está pronta para fazer isso.

Reforma tributária foi para a gaveta para possibilitar que os ricos, que estão no andar de cima, privilegiados historicamente no País, beneficiados pela política tributária, continuem sendo privilegiados, como sempre. As pautas que interessam ao Brasil não estão sendo votadas aqui no plenário neste momento.

Eu quero dizer que a Oposição tem autoridade para falar sobre tudo isso. Foi o papel da resistência no primeiro ano da pandemia que fez com que a unidade no plenário desta Casa, o Plenário Ulysses Guimarães, com partidos de todos os campos, garantisse o auxílio emergencial de 600 reais. Bolsonaro queria estabelecer um auxílio emergencial de 200 reais.

É preciso ter um pouco de cuidado, porque o discurso bonito tem que coincidir com a verdade dos fatos, o discurso bonito tem que coincidir com a realidade das ruas.

E a realidade do discurso de V.Exa., infelizmente, é extremamente incompatível com os atos e com o caminhar do grupo governista nesta Casa.

Resistência sempre, ao lado do povo, ao lado de um Brasil mais justo

---

133.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 08/11/2021-19:52
Publ.: DCD 09/11/2021 - 77	MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### **Sumário**

Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Denúncia de compra de votos para aprovação da matéria.

---

**O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.)**  
- Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, não há como subir a esta tribuna na noite de hoje sem falar no *show* de horrores que estão sendo a discussão e a tramitação da "PEC do Calote", a PEC dos Precatórios, aqui na Câmara dos Deputados. E começo chamando-a de "PEC do Calote", porque é isso que ela é. E tem gente que não quer enxergar a realidade e diz que não tem a ver com calote. Como não?!

São dívidas do Governo com os cidadãos. E não há apenas a justificativa de que se está parcelando o valor e jogando para mais adiante, porque, se fosse mera negociação, Deputado Otoni de Paula, aquele que tem a receber deveria participar da negociação, e o cidadão não está participando. É uma decisão unilateral do Governo com o apoio, infelizmente, de 312 Parlamentares na sessão da semana passada.

Esperamos que isso seja revertido em nome da verdade, porque outra *fake news* que se está espalhando é a de que foi o STF que jogou isso no colo do Presidente. Mentira! E olhem que eu sou um dos grandes críticos tanto da postura de Ministros quanto muitas vezes da instituição Supremo Tribunal Federal como um todo. É mentira que o STF tenha jogado isso no colo do Presidente!

São anos e anos e anos de precatórios. Todos os anos há precatórios a serem pagos, e não seria diferente este ano. Se falta planejamento para o Governo, que não crie *fake news*. E isso está acontecendo agora.

Para esse montante ser pago, que se estabeleça uma forma de excluí-

lo do cálculo do teto, mas não desta forma, furando o teto para outras finalidades que não o pagamento dos precatórios.

É um absurdo o que está acontecendo, Sr. Presidente! Isso sem mencionarmos uma emenda aglutinativa que não aglutinou emenda alguma, sendo a melhor proposta aprovada ao arrepio de tudo aquilo que dizem o Regimento Interno e a Constituição da República.

Não à toa, inclusive o ex-Presidente desta Casa e outros Parlamentares ingressaram com um mandado de segurança buscando justiça no Supremo Tribunal Federal para interromper essa tramitação eivada de vícios e completamente irregular.

Sr. Presidente, outro absurdo, e talvez o maior de todos é a chantagem explícita que está sendo feita aqui com Parlamentares, a compra de votos descarada com emendas de Relator. Eu tenho ouvido aqui de colegas que foram ofertados 15 milhões de reais de emendas extraorçamentárias para cada voto favorável à PEC dos Precatórios. No passado, falavam tanto do mensalão e de outros escândalos de compra de votos, e esse aqui parece que pode ser tolerado. Vejo inclusive apoiadores do Presidente Bolsonaro bravos com o STF, que está nesse caso sim, suspendendo o pagamento de um orçamento secreto que não deveria existir. Se é para pagar alguma emenda extraorçamentária, que ela seja paga com publicidade e transparência e jamais, Sr. Presidente, com vista a cabalar votos dentro desta Casa, como está sendo feito.

E, para concluir, o que precisamos é reduzir despesas, reforma administrativa, modernização da máquina pública. Se o PT está votando neste momento contra a PEC dos Precatórios, não é porque tem responsabilidade fiscal, mas é porque a Esquerda normalmente é contra e também tem travado essas discussões tão importantes. Quem mais vai sofrer, Sr. Presidente, sabe quem é? Quem mais vai sofrer é o mais pobre, porque se é para aumentar para 400 reais um auxílio assistencial à custa do endividamento e da inflação, é o poder de compra desses 400 reais dos mais pobres que vai ser afetado, porque valerão menos os 400 reais ali adiante do que o atual valor do Bolsa Família.

Está tudo errado, Sr. Presidente. Essa PEC precisa ser enterrada!

Muito obrigado.

---

### *Sumário*

Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, relativa à alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda a Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. GERVÁSIO MAIA** (PSB - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu confesso que tenho ficado impressionado com o cinismo de alguns que estão defendendo a "PEC do Calote". Eles passaram o fim de semana inteiro, inteiro, dizendo que votar a "PEC do Calote" significa garantir um programa social. O resto da história eles não querem contar. O resto da história tem que ficar debaixo do tapete, Deputada Talíria.

O que está se estabelecendo aqui, numa PEC, é a abertura - escute bem, povo brasileiro! - de um espaço fiscal, mas não para patrocinar apenas um programa social. Há muito dinheiro além disso, dinheiro que não está explicado. Eles não estão dizendo como irão utilizar o recurso.

Para isso, Sr. Presidente, estão adiando um direito legítimo transitado em julgado, com ponto final no Poder Judiciário, estabelecendo, a partir daí, uma gigantesca insegurança jurídica.

Mas a coisa ainda vai um pouco mais adiante: a PEC estabelece um teto para seus pagamentos. Nós não temos, Deputada Lídice da Mata, a informação do valor global que será pago no ano que vem. Nós estamos aqui discutindo e votando uma PEC sem saber o que será pago a título de precatórios em 2022, em 2023, e por aí vai. A única coisa que nós sabemos é que os precatórios não poderão ultrapassar a casa dos quarenta e poucos bilhões. Se passarem, não serão pagos.

E aí? Onde está o jogo? Observem bem que nós não sabemos o valor dos precatórios. Nós vamos votar no escuro? Isso é justo com aqueles que têm seu direito líquido e certo de receber? Mas há outro truque que está colocado no texto da PEC, Deputada Lídice: estabelece-se o pagamento parcelado sem se saber se o dinheiro que está reservado naquele limite será suficiente. Mas aí não há problema. Se o dinheiro não der para pagar os precatórios, aquele credor, Sr. Presidente, terá uma alternativa: vender os precatórios, já que consta no texto da PEC que os precatórios poderão ser utilizados para o pagamento da compra de estatais. Um banqueiro, por exemplo, vai chegar a quem tem um precatório a receber, vai olhar para ele e vai dizer: "*Você vai morrer e não vai receber seu precatório*". Sabe o que vai acontecer, Deputado

Bohn Gass? No desespero, ele vai vender barato. Se o precatório valer 100 mil reais, ele vai vendê-lo pela metade do preço. Com isso, o dono daquele banco vai pegar o valor do precatório e vai comprar os Correios, que eles querem vender, ou a ELETROBRAS ou, quem sabe, o Banco do Brasil.

Este é um jogo bem pensado, bem orquestrado, mas é um golpe contra o povo brasileiro. Nós não podemos aceitar isso! Quem quiser votar a favor no segundo turno assuma o peso do seu voto. Esta PEC é covarde, num país em que nós estamos com a previsão de, logo mais, termos a gasolina a 10 reais. Lá no Nordeste, Relator Hugo Motta, nosso correligionário, a gasolina está impagável. No Semiárido, no Nordeste, Deputada Lídice, as pessoas estão trocando o botijão de gás pela lenha.

Enquanto isso, nós vamos aprovar uma PEC sem dizer para onde o dinheiro vai, estabelecendo, assim, um calote com aqueles que têm o direito de receber seus precatórios. Isso é uma covardia gigante!

Porém, no ano que vem teremos eleição. É preciso que a coisa seja movimentada, para a turma que está no meio do poder, no centro do poder, vencer as eleições. Esqueceram que os grandes problemas do Brasil estão lá fora. A impressão que eu tenho, Deputada Talíria, é que o Plenário perdeu a noção de tudo. É como se, fora deste plenário, não existisse o País da fome. É como se, fora deste plenário, os professores não estivessem sendo perseguidos, e não se tivesse tentado, em algum momento, congelar seus salários. É bom lembrar que, por quatro votos, nós evitamos que os salários dos professores fossem congelados.

Como diz o ditado, quem pode manda, obedece quem tem juízo. Bolsonaro não está nem aí para o Brasil. Bolsonaro está preocupado com os mais ricos deste País. Infelizmente, eu tenho que dizer que este Plenário tem decepcionado o povo brasileiro.

Caminhando pela Paraíba, vejo que a revolta é gigantesca. As pessoas que estão esperando pelos seus precatórios estão revoltadas. V.Exas. terão uma tremenda dificuldade para andar pelas ruas, vão ter que se escorar no prestígio dos Prefeitos para ganhar a eleição no ano que vem, porque, a depender da imagem de V.Exas. que votarem a favor da PEC 32, serão xingados no meio das ruas, em cada Estado da Federação.

Falem a verdade! Contem o que está por trás da "PEC do Calote", da PEC dos Precatórios! Não venham aqui tentar enganar o povo brasileiro, com um discursinho bonito, bem feito e com publicações levianas e mentirosas nas redes sociais!

Atenção, senhores professores: vamos nos mobilizar! A votação em segundo turno deverá ser amanhã. O placar está apertado: venceram por quatro votos. Vamos nos mobilizar! Interajam pelas redes sociais. O ano que vem é ano de eleição, e eles estão morrendo de medo. Prova disso é a PEC 32, que ainda não veio para este plenário.

Portanto, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de vir a esta tribuna. Eu fui eleito Deputado Federal em 2018 para ecoar estas palavras no Plenário Ulysses Guimarães, neste Plenário da Casa que deve representar o povo, mas que, infelizmente, não está representando o povo. Está, sim, envergonhando o povo brasileiro. Meu compromisso eu vou manter, Sras. e Srs. Deputados, até o último dia do meu mandato.

Viva a educação do Brasil!

"Não" à PEC dos Precatórios!

---

Documento 8/22

---

133.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/11/2021- CD	21:36
Publ.: DCD - 09/11/2021 - 122	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Gravidade da crise econômica brasileira. Levantamento, pela CPI da Covid, de crimes praticados pelo Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Responsabilidade do Presidente da República por 400 mil mortes ocorridas no País pela Covid-19, segundo estudo de infectologistas. Quadro de desemprego e fome reinante no País. Elevação dos preços de combustíveis, de energia elétrica e de alimentos. Retomada das espirais inflacionárias. Estagnação da economia brasileira. Crise política vigente no Brasil. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, relativa à alteração do regime de pagamento de precatórios pela União; e da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Falta de transparência das chamadas emendas de Relator, RP9.

---

**O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, agradeço ao Líder Bohn Gass, aqui presente, que me concedeu a oportunidade de falar hoje em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores e trabalhadoras, aqui na Câmara dos Deputados e Deputadas.



Sras. Deputadas e Srs. Deputados, povo brasileiro, é impressionante o tamanho da crise que o Brasil vive hoje, uma crise econômica que há muito não víamos, uma crise quase sem precedentes. O Governo Bolsonaro é tão descuidado com as coisas do País que conseguiu, neste processo de pandemia, transformar esta crise num genocídio, porque, durante todo este período da pandemia, ele agiu errado. E a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado apontou claramente os crimes que o Presidente Bolsonaro e seu Governo praticaram durante este período. Infectologistas sérios que foram à CPI dizem que em torno de 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas caso o Presidente da República não tivesse desdenhado da pandemia, caso não tivesse chamado a doença de gripezinha e não tivesse atrasado a compra das vacinas - 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas, é o que dizem infectologistas.

Mas, Líder Bohn Gass, o Presidente Jair Bolsonaro disse que fez isso porque queria recuperar a economia. Se essa era a intenção dele, ele teve outro fracasso, porque a economia brasileira hoje, além de estagnada, tem um processo de inflação.

Líder Talíria, veja vem: o Brasil sofre com uma crise de desemprego que já chega a afetar 14 milhões de pessoas.

Pessoas estão passando fome, Líder Bohn Gass; estão subindo em carroceria de caminhão para ver se acham alguma coisa para comer. Pessoas em condomínios estão gritando que têm quatro filhos e estão passando fome. Vivemos uma crise sem precedentes, que, do ponto de vista da economia, o Presidente ainda conseguiu transformar numa crise tão grande de preços do combustível e da energia elétrica que afetou o preço dos alimentos. Nós temos a retomada de uma inflação grande no Brasil.

Ora, temos uma recessão econômica. O Brasil não cresce, e o Governo não recuperou a economia quando tratou a pandemia dessa forma. Pelo contrário, o jeito como ele tratou a pandemia aguçou a crise na economia. E ele ainda consegue agora ir aumentando a taxa de juros como se fosse a receita neste momento para fazer com que a inflação abaixasse um pouco. Mas a inflação não abaixa porque nós não estamos tendo uma crise inflacionária pelo crescimento da economia brasileira. Então nós estamos conseguindo estagnação econômica com a crise inflacionária presente. Somando a isso o desemprego, que eu já mencionei, e a miséria do povo brasileiro, nós temos um caldo de cultura que nos preocupa muito aqui no Brasil. E só não temos uma crise política maior aqui porque o Centrão está segurando o Governo. O Governo está pendurado no Centrão.

Por causa disso, arrumaram agora a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021. Todo mundo está preocupado com a PEC

32, aquela que destrói o serviço público. Mas os servidores se mobilizaram, o povo se mobilizou, e o Governo, também o Centrão aqui na Casa e o Presidente foram obrigados a desistir, pelo menos por ora, da PEC 32.

Mas aí arrumaram a PEC 23. Inverteram-se os números, mas é uma vergonha - permitam-me dizer assim, Deputados e Deputadas. Desculpem-me a sinceridade, mas essa PEC 23 é uma vergonha, porque ela não arruma estrategicamente o Brasil. Até o Ministro Paulo Guedes é capaz de saber disso. O que essa PEC vai arrumar do ponto de vista de diminuição da inflação, de geração de emprego, de melhoria da vida das pessoas? Nada! Aí o Governo mente e quer utilizar o pobre dizendo que dará 400 reais, apenas durante o ano que vem, e terminando com o Programa Bolsa Família - esse, sim, consistente.

O que tinha que ser feito é o Brasil retomar o crescimento econômico, gerar emprego, gerar renda e ter um programa para isso e para diminuir a inflação, controlando preços, porque não se pode deixar que a gasolina e a energia elétrica subam dessa forma, para distribuir dividendos para aqueles que são acionistas da PETROBRAS, como fez recentemente, em que bilhões e bilhões foram distribuídos, e não houve o mínimo controle inflacionário, o mínimo controle dos preços, que estão subindo. Com isso, sofre o povo brasileiro.

O Governo, então, inventa a PEC 23, para que ele tenha, no ano que vem, recursos para tentar ganhar a eleição fraudando também, com uma fraude eleitoral, com uma mentira: acabando com o Bolsa Família e pagando 400 reais apenas durante 1 ano e, portanto, não enfrentando o problema da fome, nem o problema do desemprego, nem o problema inflacionário, porque esse arranjo malfeito vai gerar ainda mais problemas na economia brasileira.

Esta PEC 23 é uma vergonha. E junto com ela vem o calote, o calote para desestabilizar mais ainda, pessoal, a economia e a credibilidade do Governo: o calote nos professores e nas professoras. Tinha que ser! É impressionante como esse Governo não gosta de educação, como não gosta de professores e professoras.

Há um calote que desestabiliza tudo. E eu não acredito que os Deputados e as Deputadas vão votar nesse calote, nessa desestabilização ainda maior da economia.

Mas o Governo inventa ainda, além do calote, um novo cálculo, para burlar o que ele próprio dizia que era inegociável, que era o tal teto de gastos, esse outro absurdo. E para burlar isso, o Governo quer arrumar, Líder Bohn Gass, em torno de 100 bilhões de reais no ano que vem. Desses 100 bilhões de reais, 20 bilhões de reais são para



distribuir para a base, como tem sido feito na tal RP9, que é a emenda do Relator. Essa emenda não tem nenhuma transparência para que se coloque agora no orçamento.

Nós já fizemos na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público algumas audiências para questionar inclusive o Ministro Rogério Marinho sobre o "tratoração", fatores que superfaturaram tratores, o chamado "tratoração".

Perguntamos: como é essa emenda, essa RP9, esse orçamento paralelo? E, de fato, não temos clareza de quais Deputados estão sendo agraciados com essas emendas, em quanto, nem para fazer o que.

Alguns sustos nós tomamos. Na votação, por exemplo, daquela cédula de papel, o voto impresso, em que todos esperavam a derrota do Governo acachapante, ele foi derrotado, mas teve voto. Quando nós fomos ver, no dia seguinte, muitos Deputados receberam, estranhamente, emendas que não estavam previstas, pelo menos a olhos vistos, no nosso Orçamento.

Então, essa RP9 acaba sendo algo sem transparência - e, cá entre nós, Deputados, nos coloca com a desconfiança de que o "toma lá, dá cá", ao invés de acabar, ampliou-se; que o "toma lá, dá cá" ganhou números de bilhões e que estes bilhões, se são feitos desta forma, sem transparência, precisam ser interrompidos.

Amanhã a bancada do Partido dos Trabalhadores e de quase todos os partidos da Oposição estará aqui aguerrida para denunciar esta RP9, esse orçamento paralelo, e para buscar derrotar a PEC 23. A PEC 23 é uma PEC que não nos dá segurança nenhuma, como eu disse, de mudanças estratégicas no Brasil no sentido de abaixar a inflação, no sentido de fazer a economia crescer. Não, não tem estratégia. É um arranjo malfeito, é o desespero do Governo - equivale mais a um Auxílio Bolsonaro, que está agora em derrocada, porque, realmente, a sua administração é um desastre - e um aceno para que ele tenha uma base política mantida a partir desse orçamento paralelo e de muitos bilhões e bilhões que não são distribuídos de forma equânime, mas são escolhidos aqueles que receberão este tipo de emenda parlamentar. Isso não pode prevalecer. Eu acho que esta Casa tem que ter uma atitude altruísta. Esta Casa tem que ter uma atitude real de paralisar este processo e não aprovar essa PEC 23.

Aproveito também para pedir ao nosso povo que não se esqueça da PEC 32, que está na fila, porque essa desmonta o serviço público brasileiro.

Bolsonaro não tem estratégia. Tem um suspiro que não vai dar certo.

Abaixo a PEC 32!

Documento 9/22

134.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	09/11/2021-10:24
Publ.: DCD 10/11/2021 - 80	ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### **Sumário**

Eleição do Presidente Jair Bolsonaro com base em fake news. Retirada de recursos dos Municípios brasileiros para composição do chamado orçamento secreto. Extinção dos Programas Minha Casa, Minha Vida, Luz para Todos e Água para Todos. Posicionamento do orador contrário às Propostas de Emendas à Constituição de nºs 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União; e 32, de 2020, referente à reforma administrativa. Caráter eleicoeiro do Programa Auxílio Brasil.

**O SR. ZÉ NETO** (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este Governo, que foi eleito com base na mentira, que foi eleito com base nas *fake news*, que foi eleito com base na covardia de terem prendido o maior Presidente da história deste País, o Lula, por um apartamento em que ele nem morou, do qual nem teve chave e ao qual nenhum dos seus filhos e ninguém de sua família ou do PT teve acesso, continua a tratar o País através da mentira, através da ameaça. E, recentemente, colocou como marca de sua atuação a chantagem.

Hoje, os Prefeitos do Brasil estão aqui, no encontro da CNM. Os Prefeitos precisam lembrar que os bilhões de reais que estão indo para as emendas secretas, para o orçamento secreto, estão sendo retirados dos Municípios, que hoje perdem dinheiro do CRAS, que hoje perdem dinheiro da saúde e da educação. Acabaram com o Minha Casa, Minha Vida para os pobres, acabaram de vez, praticamente, com o Luz Para Todos e com o Água para Todos. Os recursos desses programas estão indo para os Municípios através de emendas, mas elas não são programas sociais, não são programas de desenvolvimento e não têm nenhuma conexão com o fomento e com a estruturação do País.

Agora, essas ameaças a que eu me referi há pouco, essas chantagens estão todas dentro da PEC 23. Além de fazer chantagem com os

Prefeitos ao incluir uma regra que não precisava estar nessa medida, que é a questão relacionada aos débitos das Prefeituras, eles também trazem para esta PEC uma situação que cria ainda mais dificuldade para que as pessoas compreendam o que é. É que eles trazem o Auxílio Brasil, que vai durar 1 ano apenas, não é um programa. Ele terá apenas 1 ano de duração, durante o processo eleitoral. Essa é mais uma grande mentira.

Por fim, quero lembrar, Sr. Presidente, que eles estão trazendo para esta discussão um elemento que não faz parte da realidade. Disseram que havia um acordo com os Governadores - 30, 30 e 40, é o que eles diziam que iriam pagar nos próximos 3 anos. Só que não estipularam data, não disseram quando seria e não disseram exatamente como as coisas iriam acontecer. Portanto, há uma enxurrada de mentiras, de ameaças e de chantagens.

"Não" à PEC 23 e, de quebra, "não" à PEC 32! "Sim" ao Brasil e "sim" ao povo brasileiro, que logo, logo, no ano que vem, depois das eleições, vai ver novamente o pobre no orçamento deste País!

---

Documento 10/22

---

134.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	09/11/2021-12:08
Publ.: DCD 10/11/2021 - 108	- HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Promoção por Comissões da Casa em parceria com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, do seminário Fraternidade e Amizade Social: 1 Ano da Carta Encíclica Fratelli Tutti. Importância da política como instrumento de promoção da dignidade da pessoa humana. Posicionamento do orador contrário às Propostas de Emendas à Constituição de nºs 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União; e 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

---

**O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, ontem, nós fizemos um seminário muito importante nesta Casa - e estou olhando aqui a Deputada Lídice da Mata, que estava presente -, um seminário em parceria com a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com a Comissão de Justiça e Paz da CNBB, para refletirmos sobre uma encíclica do Papa Francisco intitulada *Fratelli Tutti*, que

significa "*todos irmãos*".

Essa encíclica aborda temas fundamentais para o tempo em que nós vivemos: política, fraternidade e amizade social. E a encíclica nos coloca diante de desafios muito importantes, porque hoje o que nós temos não só no Brasil, em especial, mas em todo o mundo, é a primazia da economia sobre a política. Em vez de nós termos a política decidindo os rumos da economia, nós temos a influência do poder econômico nas eleições e nas decisões políticas. Isso distorce o verdadeiro sentido do Estado, que é promover o bem comum, promover o bem das pessoas.

É preciso que a política seja um instrumento de promoção da dignidade da pessoa humana, conforme diz o Papa Francisco em sua encíclica. Isso é fundamental, porque há uma brutal contradição no que dizem aqui os representantes deste Governo e os aliados do Governo Bolsonaro, que falam tanto em defender as famílias, que falam tanto em nome das famílias, mas estão matando as famílias de fome. Falam em defender as famílias, e estão matando as famílias, que não têm mais emprego, que não têm mais o que comer. Falam em defender as famílias, e estão levando as famílias brasileiras a comerem ossos ou restos de peixe, a pagarem um combustível que nesta semana teve mais um aumento e já passa de 8 reais o litro, em muitas cidades brasileiras.

Isso é defender as famílias, aprovando a PEC dos Precatórios, para tirar o direito das pessoas que já adquiriram na Justiça o direito de receber os seus precatórios? Defender a família e aprovar a PEC da Reforma Administrativa, que acaba com as políticas públicas, que retira direitos dos servidores públicos, que vai tirar, Sr. Presidente, direito de milhões de famílias brasileira, isso é defender a família brasileira? Vocês estão destruindo as famílias brasileiras, inclusive quando não cuidaram das famílias brasileiras durante a pandemia. É isso que vocês estão fazendo, matando as famílias brasileiras de fome, de desemprego, de falta de zelo e de falta de responsabilidade com as políticas públicas.

Por isso, o povo brasileiro não aguenta mais esse Governo.

---

Documento 11/22

---

134.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/11/2021-  
CD 20:32

Publ.: DCD - 10/11/2021 -  
273 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO  
DISCURSO



## **Sumário**

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. ROGÉRIO CORREIA** (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur Lira, Deputados e Deputadas, se eu pudesse dar um título ao pronunciamento, o título seria: *O povo não é bobo. Abaixo a PEC e o arrocho!* É o título que nós teríamos que dar a ele.

Eu vejo Deputados da Direita virem aqui hoje falar em povo, em pobre, em 400 reais. Quem é incauto pode acreditar, mas, Deputado Joseildo Ramos, fiz um balanço do que esses Deputados que estão agora falando em povo votaram no carnaval passado, não tão passado assim. Por exemplo: votaram a favor do ajuste fiscal.

Lembram, Deputados do Centrão? Disseram que tínhamos que fazer um ajuste fiscal - *"O Brasil precisa. Temos que segurar os gastos com teto de gastos. Não se pode gastar com saúde e educação"* - e votaram o ajuste fiscal. Votaram a Emenda Constitucional nº 95, aquela que congela por 20 anos as verbas de educação e saúde.

V.Exas. votaram a venda da ELETROBRAS, a venda dos Correios. Votaram a reforma trabalhista, que atacou o direito dos trabalhadores celetistas privados, no Brasil inteiro, que diminuiu salários e arrochou seus direitos. V.Exas. votaram também a reforma da Previdência Social. Agora, para aposentar, é preciso trabalhar mais e ganhar menos, e muitos não se aposentam. V.Exas. lembram que votaram isso? V.Exas. votaram ainda a mineração em terra indígena, favoreceram as mineradoras, e não o meio ambiente brasileiro. Isso é o que eu lembro, *en passant*.

Qual é o resultado disso que V.Exas. votaram? Catorze milhões de desempregados e inflação de novo no Brasil. V.Exas. estão fazendo voltar a carestia. A gasolina já está custando, em Belo Horizonte, R\$7,50 e já chega, no Rio Grande do Sul, a 8 reais, e os Deputados continuam votando coisas contra o povo, mas agora falando de pobre. Parece ironia, sarcasmo. Isso não podemos aceitar.

A improvisação é tão grande que fizeram agora esta Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, a "PEC do Calote". O Bolsonaro e o Guedes disseram que é licença para gastar.

Quando o Guedes fez isso, a Bolsa se assustou, o dólar subiu, foi aquele deus nos acuda, e ele disse: *"Calma, pessoal. Vocês não sabem o que virá depois"*. Ao ler, nós descobrimos o que é esta PEC

23. Por exemplo, ela vai manter e aprofundar, posteriormente, o teto de gastos, que não poderá ser revisto mais em 10 anos, a não ser em outras propostas de emenda à Constituição.

Então, Deputado Joseildo, a PEC vai aprofundar o tal teto de gastos, fazendo com que educação e saúde não tenham mais o custeio do Governo.

Além disso, esta PEC acaba com o Bolsa Família.

Confessem! É isso o que V.Exas. estão falando. Falam em 400 reais por 1 ano, mas acabam com o Bolsa Família e dizem ao mercado: *"Fiquem tranquilos. Depois da bonança virá a tempestade"*. É assim que o Centrão age.

Falam também em aprovar a PEC 32. Ou desistiram dela?

Presidente Lira, espero que tenham desistido da PEC 32, porque ela privatiza a prestação de serviços no Brasil. A PEC 32 acaba com a saúde, com a educação. Essa parece que V.Exas. estão com medo de votar.

Mas preste atenção, povo brasileiro, porque eles podem de tudo. Junto com isso vem a cereja do bolo. Qual é? É o chamado "bolsolão", é aquilo que está no orçamento secreto, que a Ministra Rosa Weber, agora no Supremo, está revogando, por 6 votos a zero. Ainda bem, porque não é justo fazer o que está sendo feito aqui: aprovam as coisas, e, no final das contas, alguns Deputados recebem emendas parlamentares, e outros não recebem nada. Isso chama-se "toma lá, dá cá", isso não é legal, isso não é moral, isso tem que ser, sim, investigado. Eu já tinha pedido a investigação disso à própria Procuradoria-Geral da República.

Portanto, nós estamos aqui, de fato, diante de um calote, mas não é apenas o calote dos precatórios nas professoras, é o calote no povo. A nossa expectativa ainda é a de derrotar a PEC 23, para enterrar também a PEC 32.

Muito obrigado.

---

Documento 12/22

---

135.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	10/11/2021-10:16
Publ.: DCD	VICENTINHO-PT -SP		
11/11/2021 -			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES

---

### *Sumário*

Protesto contra a extinção do Programa Bolsa Família. Posicionamento do orador contrário às Propostas de Emendas à Constituição de nºs 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União; e 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

---

**O SR. VICENTINHO** (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Estimada Presidenta Benedita, é uma honra vê-la aqui.

Hoje cedo, acordei com um som maravilhoso, um som desenvolvido pelos trabalhadores, sobretudo do SINDJUS e do SINDILEGIS. Eles diziam: "*Cuidado, Deputado! 'Não' à PEC 32!*"

Eles me deram esse suco, Sra. Presidente, um suco que diz: "*Deputados e Deputadas, não sejam laranjas desta PEC*". E foram colocadas várias fotos na garrafa. Esta aqui é a foto do Líder do Governo, o Deputado Ricardo Barros.

Esse suco é limpo, de qualidade, feito pelos trabalhadores desde o campo até a produção final. E eu vou tomá-lo aqui. *(Pausa.)*

Por que eu tomei esse suco, Sra. Presidente? Porque o que aconteceu ontem à noite aqui, para quem está nos vendo, foi como se alguém, no caso os Deputados que votaram nessa proposta, juntamente com Bolsonaro, tivesse aprovado que haveria dez laranjas e, dessas dez laranjas, uma, inclusive com problemas, iria para o povo pobre, nem para todo o povo, porque o povo perdeu uma lei que já existia, e parte desse povo pega um pedaço, que é a laranja que sobra. As nove laranjas nem falam para onde vão. O Deputado vem aqui e só fala dessa uma laranja que foi entregue para essa parte do povo, em caráter eleitoreiro.

Trocar um projeto que vale para a vida inteira por um projeto que vale até as eleições é um crime contra o nosso povo. E o movimento está percebendo isso. Ainda bem que o povo está acordando. Ainda bem que o povo está percebendo que nós temos aqui um grupo de Parlamentares usurpadores dos direitos do povo brasileiro, um grupo grande.

O que me entristece é saber que esse grupo foi eleito pelo povo brasileiro, por trabalhadores. Se os trabalhadores votassem nos trabalhadores, e os ricos votassem nos ricos, nós teríamos aqui 95% de Deputados e Deputadas do lado do povo, e jamais aconteceria isso.

Eu dei graças a Deus que foi no Senado que surgiu a CPI da COVID,

porque, senhores, se essa CPI tivesse nascido aqui na Câmara, o que V.Exas. achariam do resultado? Teriam anulado tudo. Aliás, teriam transformado Bolsonaro em um santo.

Por isso, Sra. Presidente, eu quero neste momento fazer um alerta a nossa gente: estão retirando, precarizando o direito da nossa gente; estão acabando com o Brasil. É a PEC 23, será a PEC 32, e é preciso que o povo acorde para não permitir esses crimes contra a nossa gente.

Fora, Bolsonaro!

---

Documento 13/22

136.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	16/11/2021-14:20
Publ.: DCD 17/11/2021 -	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### **Sumário**

Apresentação, ao Poder Executivo, de requerimento de informações sobre os gastos do Presidente Jair Bolsonaro e sua comitiva na viagem a Dubai, Emirados Árabes Unidos. Convocação do Ministro da Educação, Milton Ribeiro, para esclarecimento à Casa de interferências no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Não comparecimento do Ministro da Economia, Paulo Guedes, à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público para esclarecimento da manutenção de offshore em paraísos fiscais. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

---

**O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, certa feita, já faz mais ou menos 2 meses, eu ocupei esta tribuna para dizer que o Governo Bolsonaro parecia estar em fim de festa. Já se foram 2 meses, mas parece que o fim da festa só vai aumentando. Na época, eu fiz uma comparação, Deputado Pindaré, com aquela noitada em que alguns beberam muito e, quando vinha chegando o fim da festa, ficaram ávidos para continuarem a festa, mas a festa estava acabando. Os que beberam muito começaram a tomar cerveja quente, *whisky* misturado à cinza de cigarro, champanhe, e foram bebendo.

Depois, ficam com fome, vão ao salgadinho e danam a comer tudo que está lá. Enchem o bucho de salgadinho. Não satisfeitos, vão aos

doces, põem doce no bolso. Isso é o Governo Bolsonaro.

Agora, eles foram a Dubai. Impressionante! Aí que eu fiquei vendo realmente o final de festa do Governo Bolsonaro. Em Dubai, virou mamata em Dubai, *#mamataemDubai* - bombou no Brasil e no mundo todo. Porque é impressionante aquela comitiva!

Estou fazendo um requerimento, Deputado Bira do Pindaré, para saber quem foi, por que foi convidado, qual o tamanho desta farra em Dubai, quem está pagando, de quem são os cartões corporativos ou o cartão corporativo, quem pagou a passagem. Tem coisa muito estranha lá. O Desembargador carioca Marcelo Buhatem está lá, e foi ele quem anulou o processo das rachadinhas do Flávio Bolsonaro, filho do Jair Bolsonaro, quando era Deputado no Rio de Janeiro. Um vereador de Belo Horizonte estava lá fazendo piada; disse que queria vender o Cruzeiro Esporte Clube, seu time em Minas Gerais, que estava falido, para um *sheik*. Aí o *sheik* deu risada, disse que comprava. Uma farra em Dubai! Foram fazer de tudo lá, menos servir ao Brasil.

Enquanto isso, estamos aqui vendo o ENEM correndo risco, como disse agora o Deputado Reginaldo Lopes. Queremos saber por que estão interferindo nas provas do ENEM. O Ministro tem de vir aqui.

Sr. Presidente, peço mais 1 minuto, porque tenho que saber também onde está o Ministro Paulo Guedes. Ele tinha de vir aqui hoje para dizer, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, por que ele ganhou tanto dinheiro com *offshore* no exterior. Já são 16 milhões só em uma conta, e ele não vem explicar por que enriqueceu tanto. Estávamos esperando o Ministro na Comissão do Trabalho, mas ele está na mamata em Dubai, também está na festa lá.

O Presidente fica de lá, Deputado Joseildo Ramos, ameaçando o povo brasileiro. A ameaça dele agora é que vai aprovar a PEC nº 32. Mentira! Ele não tem voto para aprovar a PEC nº 32 - o Deputado Lira sabe disso -, porque ela só faz mal ao povo brasileiro.

Fora, Bolsonaro! Ninguém aguenta mais!

---

Documento 14/22

---

136.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	- 16/11/2021- 21:12
Publ.: DCD - 17/11/2021 - PAULO GANIME-NOVO -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

*Sumário*

Não geração de novos empregos no País pela Medida Provisória nº 1.058, de 2021, sobre a criação do Ministério do Trabalho e Previdência. Não desenvolvimento do cooperativismo brasileiro com a aprovação de requerimento de destaque apresentado à propositura. Defesa de realização das reformas tributária e administrativa. Prejuízos causados à economia brasileira pela Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União.

---

**O SR. PAULO GANIME** (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Estamos votando aqui uma MP, e muita gente está dizendo que ela vai aumentar a oferta de trabalho, que vai aumentar os empregos disponíveis. Nós sabemos muito bem que não é nada disso. Também não é aprovando esse destaque que vamos melhorar o cooperativismo no Brasil. Não é com funções, cargos, Ministérios ou Secretarias que vamos melhorar a condição de trabalho para os trabalhadores. Nós sabemos muito bem o que é preciso. E o que é preciso, infelizmente, nem este Congresso, nem esse Governo tem aprovado. A reforma tributária não avança, a reforma administrativa não avança. Aprovamos uma PEC dos Precatórios péssima para a economia, que vai diminuir a geração de emprego, que vai tirar investimentos do Brasil. Agora falamos aqui de uma MP para criar o Ministério do Trabalho, como se isso fosse gerar emprego e trabalho.

É preciso gerar, sim, mas com as reformas tão importantes que o Brasil precisa.

Obrigado.

---

Documento 15/22

---

136.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 16/11/2021-21:16
Publ.: DCD 17/11/2021 -	- ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solidariedade aos indígenas diante da invasão, por policiais militares, da reserva Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 2, apresentada à Medida Provisória nº 1.058, de 2021, sobre a

criação do Ministério do Trabalho e Previdência.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, eu gostaria de me solidarizar com os povos indígenas da Reserva Raposa Serra do Sol.

Hoje a Deputada Joenia traz uma denúncia a esta Casa de invasão de policiais, de estímulo à mineração e de tentativa de tirar os verdadeiros donos da terra de seu lugar.

Eu, que sou altamente envolvida com a luta dos povos indígenas em meu Estado, trago a solidariedade e a disposição de enfrentarmos e denunciarmos internacionalmente tudo o que tem acontecido durante o Governo Bolsonaro contra os nossos povos originários.

O PCdoB oferece esse destaque como também uma tentativa de devolver ao Ministério do Trabalho, que foi extinto, funções precípuas de uma pasta dessa natureza, que, sem dúvida, são: garantir o combate ao trabalho escravo, ao trabalho análogo ao escravo; fiscalizar efetivamente o trabalho no Brasil. E isso consta no nosso destaque como elemento nuclear para que o Ministério, renascendo, possa ter suas funções restauradas.

Sem dúvida, é necessário dizer que o fim do Ministério do Trabalho colocou o Brasil, Sr. Presidente, em uma posição de grande fragilidade frente à tendência da precarização, da terceirização e do desemprego. A verdade é que o fim do Ministério do Trabalho se deu numa onda crescente de retirada de direitos, que foi aproveitada durante a pandemia, inclusive, para precarizar mais ainda a situação, ao ponto de se chegar a uma propositura, que não foi adiante, de que a carteira verde e amarela no caso de jovens pudesse garantir trabalho por apenas 2 anos, sem nenhum direito, sem férias, sem 13º, sem qualquer garantia no trabalho.

Aliás, esta tem sido a regra: transformar pobres em microempreendedores individuais. Na verdade, isso não passa de um engodo, na maioria das vezes, para a precarização do trabalho, para o fim do vínculo empregatício e o dribble para a o pagamento das obrigações, especialmente as obrigações previdenciárias.

O novo Ministério nasce com a Previdência reformada, em que um trabalhador terá que ficar 40 anos ininterruptamente no mesmo emprego para garantir a sua aposentadoria integral, extremamente baixa.

O serviço público está sendo atingido com a ameaça de uma reforma administrativa que em nada modifica o Estado brasileiro para melhor,

que não tem um plano de metas, que não tem qualquer perspectiva de reforma efetiva. É uma mentira! É um código penal para o servidor público! O servidor continua sem direito à negociação coletiva no Brasil, como se fosse um trabalhador de segunda categoria. É necessário denunciar o Governo Bolsonaro.

Sr. Presidente, votamos "sim" à recriação, mas exigindo os parâmetros necessários para devolver ao Ministério do Trabalho, que nunca deveria ter sido extinto, a sua natureza essencial de fiscalizar e de garantir a proteção ao trabalho e ao trabalhador.

Muito obrigada.

---

Documento 16/22

---

136.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/11/2021- CD	21:44
Publ.: DCD - 17/11/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 246, apresentada à Medida Provisória nº 1.058, de 2021, sobre a criação do Ministério do Trabalho e Previdência. Defesa de retirada da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

---

**A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A REDE orienta "sim", Sr. Presidente.**

É importante que haja o monitoramento dos itens tecnológicos dos contratos de trabalho.

Quero reforçar que é extremamente impactante para a sociedade brasileira brincar de gestão do País. Isso é justamente o que o Presidente Bolsonaro fez logo no início, quando extinguiu ou fundiu diversos Ministérios importantes para a sociedade, como fez com o Ministério do Trabalho. Neste momento, tenta novamente remontá-lo, recriá-lo. Qual é a justificativa para isso?

Então, é necessário o monitoramento para que não haja descontrole em relação ao que se está assumindo nesse novo contexto.

Quero aproveitar este momento para concordar com a fala da Deputada Alice Portugal: se há um posicionamento no sentido de um

reajuste salarial, seria necessário, para motivar os servidores públicos, Deputada Perpétua, fazer a retirada da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, que está desestruturando o serviço público. E digo mais ainda: seria necessário que o Presidente pedisse sua renúncia.

---

Documento 17/22

---

136.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/11/2021- CD	21:52
Publ.: DCD - 17/11/2021 - PAULO RAMOS-PDT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### **Sumário**

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 9º do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2021, da Medida Provisória nº 1.058, de 2021, sobre a criação do Ministério do Trabalho e Previdência.

---

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu vou homenagear simultaneamente o PT e o PSOL na figura do grande Plínio de Arruda Sampaio, com quem tive a honra de conviver aqui na Assembleia Nacional Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE** (André de Paula. PSD - PE) - O Deputado Paulo Ramos é cultura.

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Quero dizer, Sr. Presidente, que servidor público tem que ser concursado, tem que ser estatutário, tem que ter plano de carreira, cargos e salários, tem que ter estabilidade, tem que ter direito à sindicalização e a fazer greve. É o que está na Constituição. O texto que estamos apreciando é flagrantemente inconstitucional. Ao Presidente do INSS não pode ser deferido esse direito em relação ao servidor. É inconstitucional. É um escândalo! Penso que o Presidente da República está tentando antecipar trechos da PEC 32, que será rejeitada nesta Casa.

Portanto, o PDT vota "não", para que seja suprimido o texto. Ao mesmo tempo, já homenageei Vargas, Jango e não poderia deixar de homenagear também Leonel Brizola, que, se estivesse vivo, estaria denunciando todos os crimes que estão sendo praticados contra a classe trabalhadora. Só faltou acrescentar: "*Poder matar o trabalhador*".

---

Documento 18/22

---

136.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/11/2021-  
CD 21:56  
Publ.: DCD - 17/11/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA  
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DEPUTADOS DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 9º do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2021, da Medida Provisória nº 1.058, de 2021, sobre a criação do Ministério do Trabalho e Previdência.

---

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, esse trecho da medida provisória, além de inconstitucional, é uma antecipação atrevida da PEC 32, porque mete a mão no Regime Jurídico Único dos servidores públicos, como se o servidor, já submetido a processos administrativos internos e a inquéritos, não pudesse ser demitido se cometesse algum ilícito contra a máquina e o Erário. O servidor tem regras a seguir que estão legalizadas no RJU. Isso aqui é um despautério, é um exagero e é uma inconstitucionalidade, que vai, inclusive, detonar com essa medida provisória.

Quero dizer que foram dois Ministérios extintos: o da Previdência Social e o do Trabalho. A Previdência Social, que é, sem dúvida, um dos tripés da Seguridade, deveria ter, sim, um espaço próprio de tratamento e de administração. Isso é um absurdo!

O PCdoB vota "não".

---

Documento 19/22

---

136.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/11/2021-  
CD 22:00  
Publ.: DCD - 17/11/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR  
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DEPUTADOS DISCURSO

---

### *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 9º do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2021, da Medida Provisória nº 1.058, de 2021, sobre a criação do Ministério do Trabalho e Previdência.

---

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão

da oradora.) - A REDE vai orientar "não", Sr. Presidente.

Fui muito bem argumentado pela Deputada Alice que isso é uma antecipação do que a PEC 32 trará em relação aos servidores públicos, aposentadoria, regimes, penalidades, questões que estão sendo bem contestadas na discussão da PEC 32. Com certeza, a sociedade que está prestando atenção e os servidores que estão se manifestando contra estão vendo a possibilidade de ser fragmentada essa proposta por meio de outras medidas, como as medidas provisórias - e quem sabe o que mais vem pela frente -, para tentar empurrar uma reforma administrativa no que se refere ao serviço público.

A REDE vai orientar "não".

---

Documento 20/22

---

139.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	18/11/2021-09:20
Publ.: DCD 19/11/2021 - 23	- ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Homenagem à memória do herói negro Zumbi dos Palmares, ao ensejo do transcurso do Dia Nacional da Consciência Negra. Caráter racista e misógino do Presidente Jair Bolsonaro. Tentativa do Presidente da República de apropriação do Estado brasileiro. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Responsabilidade do Ministro da Educação pela crise do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Incompetência como a principal marca da gestão do Presidente Jair Bolsonaro. Sucesso da visita do ex- Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a países europeus. Defesa de afastamento do mandatário do País.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF.** Sem revisão da oradora.) - Nós, em 20 de novembro, lembramos a imortalidade de Zumbi dos Palmares. Esses ventos vão destruindo as casas-grandes e senzalas, que são teimosas e que buscam estar sempre na nossa contemporaneidade. Obviamente, as casas-grandes e senzalas que existem hoje na nossa realidade são estimuladas. Esses pedaços de períodos traumáticos da nossa história, do colonialismo, da escravidão, da ditadura, são avivados por esse hálito mórbido que sai do Palácio do Planalto. Nós temos um Presidente nitidamente racista e misógino, que acredita que o Estado pertence a ele. Ele acha que os Ministros do Supremo serão



seus Ministros, porque serão indicados por ele, e busca reduzir aqui a aposentadoria "expulsória" do Supremo Tribunal Federal para 70 anos para poder indicar mais Ministros.

Ah, ele também diz que agora a prova do ENEM está tendo a cara do Governo! É como se ele quisesse se apropriar do que não lhe pertence, porque o Estado brasileiro pertence ao povo, não pertence ao Presidente da República. Esse é o sentido da PEC 32, a tentativa de abocanhar o próprio Estado, para que este sirva de trincheira para defender ele mesmo, os seus próprios filhos e a sua prole. O Estado brasileiro tem que servir, como diz Celso Furtado, para enfrentar os problemas nacionais e dentre eles os problemas das desigualdades raciais, de gênero e de tantas desigualdades que este País vivencia e que precisamos enfrentar.

Os ares de Zumbi dos Palmares enchem as nossas vidas de coragem para que possamos, enfim, identificar um racismo que o Governo nega. Há um negacionismo estrutural: o Governo nega a própria realidade, nega o racismo, como o negou ontem, inclusive, o Ministro da Educação, esse que colocou o INEP numa profunda crise e que está colocando em risco o próprio ENEM. Nós temos hoje a ausência de um Presidente que possa honrar o povo brasileiro. O Presidente coloca o Brasil numa mala rota e, como um mascate, fica querendo vender a vários países o patrimônio que não lhe pertence, porque pertence ao povo brasileiro.

Diferentemente, Luiz Inácio Lula da Silva adentra espaços no mundo, com a autoridade que lhe foi conferida por ter sido o Presidente da República que tirou o Brasil da fome e que engrandece este país que está humilhado pela presença de Jair Bolsonaro. Portanto, é preciso analisar essa ida do Lula à Europa, recebido como Chefe de Estado, aplaudido de pé pelo Parlamento Europeu, em contraposição à ausência de um Presidente, que foge da COP 26 porque, segundo o Vice-Presidente da República, ele seria açoitado, apanharia em função da destruição ambiental que está provocando no Brasil.

Temos um Presidente que não responde às demandas do próprio País, que diz que é preciso tirar o Presidente da PETROBRAS, porque o preço da gasolina está muito alto, mas continua com a mesma política de preço; que diz que é preciso dar reajuste aos servidores, mas o seu próprio Ministério nega que haverá reajuste para os servidores. É como se ele estivesse brincando com este País.

Jair Bolsonaro, não brinque com o povo brasileiro! Esse povo brasileiro, que tem na sua história as casas-grandes e as senzalas, é filho de Zumbi dos Palmares, é filho de Dandara, é filho de Chico Mendes, é filho de Margarida Alves, é filho de Marielle Franco! E é em nome de todos esses e de todas essas que construíram um Brasil libertário que

dizemos: viva Zumbi dos Palmares! Fora, Bolsonaro!

Documento 21/22

139.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	18/11/2021-10:00
Publ.: DCD 19/11/2021 - 33	- PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### **Sumário**

Responsabilidade da política econômica do Governo Federal pelo agravamento das desigualdades sociais brasileiras. Posicionamento dos partidos opositoristas contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

**O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, subo a esta tribuna para pensar em que situação está o Brasil hoje do ponto de vista econômico, social, cultural e estratégico como País soberano, como Nação.

Eu tenho uma síntese que posso fazer nestes 2 minutos, tendo presente que a ponte para o futuro, inaugurada com Michel Temer, com uma agenda ultraneoliberal, para enfraquecer e fragilizar o papel do Estado na relação com a sociedade, é um ponto de partida dessa desgraça que nós estamos vivendo hoje.

A reforma da Previdência, a reforma trabalhista, o congelamento por 20 anos dos investimentos em saúde, educação, assistência, os gastos primários discricionários e, recentemente, com o Governo Bolsonaro, a agenda ultraneoliberal de privatizações, de desmonte da soberania nacional, de redução dos ganhos, da renda do povo brasileiro aprofundaram a concentração da renda nos super-ricos.

E este Parlamento, nesses 5 anos, fez o papel que é a radiografia do País. Com Temer e Bolsonaro, este Parlamento, com a digital dos Deputados e das Deputadas Federais, em ampla maioria, votou para aumentar a desigualdade social, votou para reduzir direitos dos trabalhadores, votou para milhões de brasileiros não se aposentarem. E, agora, para encerrar, como a cereja do bolo do neoliberalismo, que favorece, que fortalece os setores financeiros, os grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, e para reduzir ainda mais o papel do Estado, das políticas públicas, querem aprovar, neste

plenário, a PEC 32. Querem reduzir ainda mais os direitos dos servidores públicos, reduzir ainda mais os investimentos nas políticas públicas da educação, da assistência, da agricultura, no SUS. Efetivamente, querem colocar o Estado a serviço do mercado, do capital, e com esse mercado cada vez mais internacionalizado, financeirizado.

Por isso, nós Deputados da Oposição nos opomos frontalmente à PEC 32. Vamos mobilizar o Brasil para derrotar a PEC 32 e derrotar essa agenda Michel Temer-Bolsonaro, para, efetivamente, construirmos um novo Brasil para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 22/22

143.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 24/11/2021-15:20
Publ.: DCD 25/11/2021 -	- ALÊ SILVA-PSL -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Congratulações às autoras de projeto de segurança pública do Município de Poté, Estado de Minas Gerais.

---

**O SR. ALÊ SILVA** (PSL - MG. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, colegas. Boa tarde, Brasil.

Presidente, semana passada eu fui interceptada por um cidadão que é dono de um pequeno comércio na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, e ele me fez o seguinte apelo: "*Alê, converse com os Presidentes da Câmara e do Senado e peça a eles que pautem a PEC 32, da reforma administrativa*".

Sim, fomos 57 milhões de eleitores que votamos no Bolsonaro, acreditando nas pautas das reformas, como foi a reforma da Previdência, e agora aguardamos ansiosamente pela reforma administrativa. Mas cabe a este Parlamento dar andamento a essa demanda. Então, Presidente, não precisamos deixar de nos posicionar, deixar de ter essa coragem.

Enquanto uma minoria barulhenta fica todos os dias lá fora gritando em



nossas cabeças a *hashtag #pec32não*, há pelo menos 57 milhões de brasileiros que gritam a *hashtag #pec32sim*, porque só assim teremos expectativas de, enfim, haver uma verdadeira revolução e uma redução da carga tributária, por exemplo.

Esse senhor ainda me disse: *"Ainda que os efeitos positivos dessa PEC não sejam sentidos no curto prazo, uma vez que ela só vai valer para novos contratos e novos concursos públicos, eu aguardo ansiosamente por ela, porque quero deixar um bom legado para os meus filhos e os meus netos"*.

Então, Presidente, em razão do apelo desse cidadão, que votou em mim porque eu sempre pautei, sempre lutei, sempre falei das reformas previdenciária, administrativa, política, é que eu peço isso a V.Exa. E digo o seguinte: vou votar "sim", vou votar com o Governo e vou votar com as forças de segurança pública.

Voto com o Governo porque eu me propus a integrar a sua base aqui neste Parlamento; e voto com as forças de segurança pública, com os profissionais de segurança pública porque deles dependem a soberania nacional e a nossa segurança, e dar a vida em prol da vida de outros não é nenhum privilégio.

Presidente, nos 30 segundos que me restam e em mais 30 que eu já peço a V.Exa. de uma vez, eu quero dar os parabéns à Sra. Dadinha e à Márcia, que são lá da cidade de Poté, criaram um projeto maravilhoso de segurança pública na cidade e estão levando essa demanda adiante. Eu sei que já há esquerdistas querendo sequestrar a ideia delas.

Márcia e tia Dadinha, aqui fica o meu agradecimento a vocês. O Coronel Stênio também manda um abraço.

Presidente, por gentileza, peço que o meu pronunciamento conste no programa *A Voz do Brasil*.